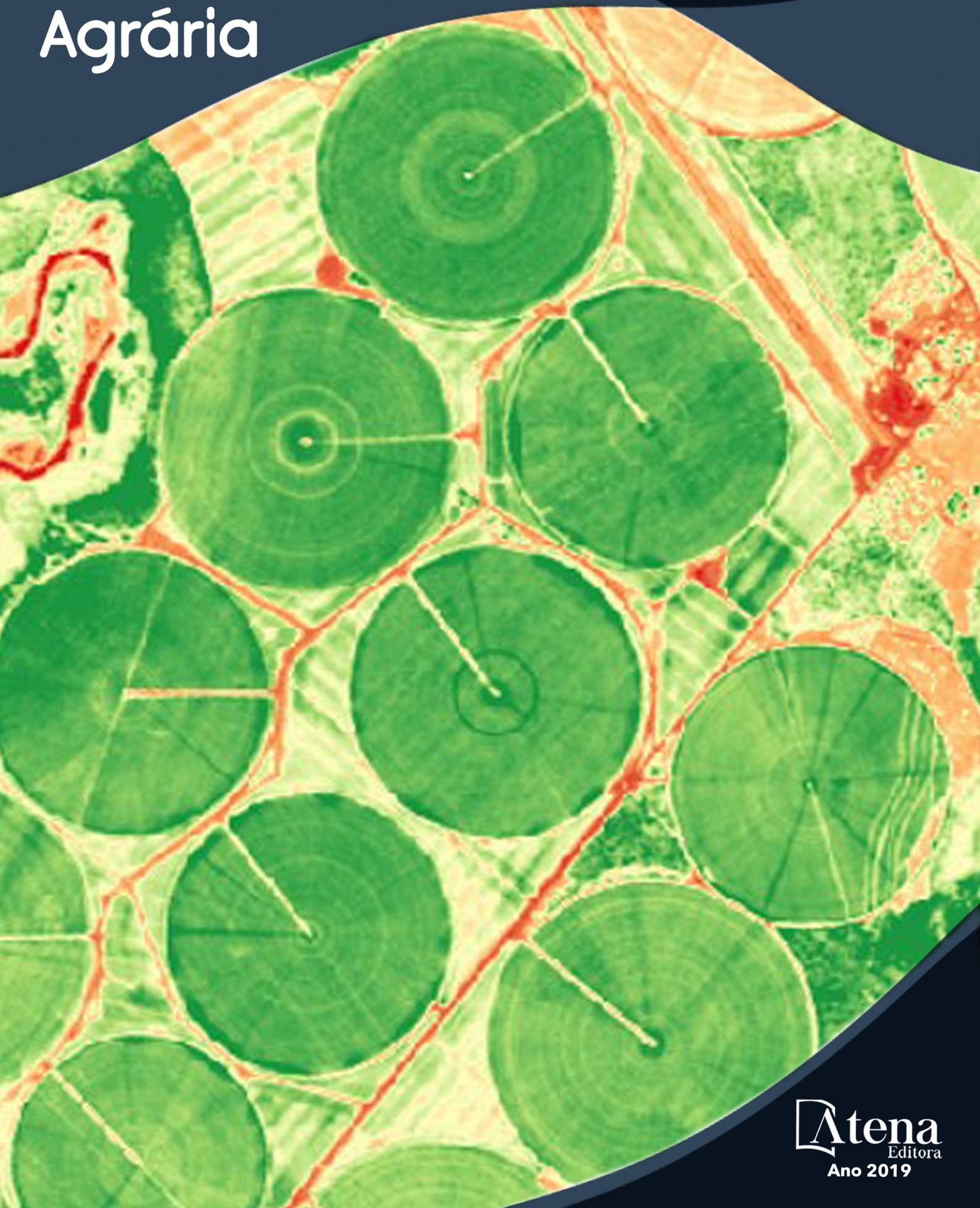


Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)

# Geografia Agrária



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)

# Geografia Agrária

Atena Editora  
2019



2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
G345	Geografia agrária [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-436-8 DOI 10.22533/at.ed.368192506  1. Geografia agrícola – Pesquisa – Brasil. 2. Movimentos sociais – Brasil. 3. Trabalhadores rurais – Brasil – Atividades políticas. I.Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.  CDD 630.981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

A Coletânea “Geografia Agrária” publicada pela Atena Editora está organizada a partir de uma breve divisão da diversidade regional brasileira e latinoamericana. Trata-se de uma leitura oriunda de diferentes pesquisadores e pesquisadoras para compreensão dos dilemas, conflitos e alternativas materializadas no campo.

O primeiro capítulo da Coletânea versa sobre os Conflitos por terra e território na obra cinematográfica de Adrian Cowell: uma Cartografia sangrenta da Amazônia, ou seja, remete apresenta a interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas, sobretudo, pelo campesinato nesses registros cinematográficos que tratam da Amazônia Legal brasileira.

Os capítulos 2 ao 6 representam o Nordeste brasileiro e sua diversidade e conflitos inerente ao campo e as práticas socioterritoriais. As discussões versam sobre os conflitos socioambientais: o caso de Suape no litoral sul de Pernambuco, a institucionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar como geração de renda para as mulheres do meio rural: um estudo de caso das Mangabeiras em Japaratinga-SE, Territórios da Cidadania Alagoanos do agreste e bacia leiteira, Caminhos para regularização fundiária de assentamentos em terras públicas e estatais em áreas pequenas e médias no entorno de centros urbanos: experiência de Vitória da Conquista-BA e a Reforma agrária no Brasil e a questão fundiária: conflitos e resistências a partir de uma experiência em Pernambuco.

Já os capítulos 7 e 8 debatem respectivamente, os distritos e aglomerados rurais de Buritizeiro – MG a partir da possível emancipação e os Conflitos por terra e água no rio São Francisco a partir de uma fecunda análise da territorialidade dos pescadores(as) a partir dos intensos processos de resistências ao buscar a reapropriação física dos territórios pesqueiros.

Ainda sobre os estudos e pesquisas inerentes ao Centro-Sul, os capítulos 9 ao 12, tratam da Reestruturação do território agrário de Nova Iguaçu – RJ, Neoextrativismo e estrutura fundiária: considerações sobre o desenvolvimento desigual no Planalto Norte de Santa Catarina - Brasil, Posseiros e Assentados da Ribeirão Bonito e o MST no Pontal do Paranapanema-SP e A linha de desmontagem no frigorífico de frango: o trabalho e a saúde dos trabalhadores da Nutriz em Pires de Rio-GO.

Por fim, o último capítulo da Coletânea, intitulado - A questão agrária na origem das migrações haitianas apresenta uma leitura sobre o país caribenho e a sua trajetória marcada pelas migrações. Nota-se ainda uma interpretação sobre a história de uma revolução de ex-escravos que forçou a abolição da escravidão e primeiro país independente da América Latina e suas marcas e desdobramentos na questão agrária.

Assim, espera-se que os leitores e leitoras possam dialogar com os ensaios e pesquisas em consonância com a fecunda e atual arguição do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003) ao afirmar que *“o campesinato no Brasil, segue sua já*

*longa marcha. Caminham em busca do futuro. Caminham lutando contra o capitalismo rentista que semeia a violência e a barbárie".* Por isso, urge debater e construir uma Geografia Agrária Crítica e Comprometida com as mudanças sociais, ambientais e territoriais em um país em constantes crises e crimes contra a democracia.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NA OBRA CINEMATOGRAFICA DE ADRIAN COWELL: UMA CARTOGRAFIA SANGRENTA DA AMAZÔNIA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.3681925061	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
“PROGRESSO” E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: O CASO DE SUAPE NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO	
Luísa Duque Belfort de Oliveira Mariana Vidal Maia Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.3681925062	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS EM JAPARATUBA/SE	
Handresha da Rocha Santos Sandra Andrea Souza Rodrigues José Eloízio da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925063	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>38</b>
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA ALAGOANOS DO AGRESTE E BACIA LEITEIRA: UM ESTUDO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA	
Emerson Siqueira Cavalcante Pinto Antonio Marcos Pontes de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3681925064	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>50</b>
CAMINHOS PARA EMANCIPAÇÕES: DISTRITOS E AGLOMERADOS RURAIS DE BURITIZEIRO – MG	
Amanda Alves Maciel Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.3681925065	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>65</b>
A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E A QUESTÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3681925066	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>75</b>
CAMINHOS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS EM TERRAS PÚBLICAS E ESTATAIS EM ÁREAS PEQUENAS E MÉDIAS NO ENTORNO DE CENTROS URBANOS: EXPERIÊNCIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA	
Francisco José Lima dos Santos Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.3681925067	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>88</b>
COMO AS ÁGUAS DO RIO, A VIDA É MOVIMENTO: PESCA E CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO RIO SÃO FRANCISCO	
Rafael Pereira Santos Roberta Alves Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3681925068	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>100</b>
A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO DE NOVA IGUAÇU APÓS A IMPLANTAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO	
Monica Martins Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925069	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>112</b>
POSSEIROS E ASSENTADOS DA RIBEIRÃO BONITO E O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA -SP: SEMENTES GERMINADAS NAS LUTAS OUTRORA	
Maria Celma Borges	
DOI 10.22533/at.ed.36819250610	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>129</b>
NEOEXTRATIVISMO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA, BRASIL	
Ivo Marcos Theis Marcos Antônio Mattedi Luis Claudio Krajevski	
DOI 10.22533/at.ed.36819250611	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>142</b>
A LINHA DE DESMONTAGEM NO FRIGORÍFICO DE FRANGO: O TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES DA NUTRIZA EM PIRES DE RIO-GO	
Fábio de Macedo Tristão Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.36819250612	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>151</b>
A QUESTÃO AGRÁRIA NA ORIGEM DAS MIGRAÇÕES HAITIANAS	
Alex Dias de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.36819250613	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>164</b>



## A QUESTÃO AGRÁRIA NA ORIGEM DAS MIGRAÇÕES HAITIANAS

**Alex Dias de Jesus**

Instituto Federal do Piauí  
São Raimundo Nonato - PI

**RESUMO:** O Haiti, país caribenho que atualmente possui cerca de 10 milhões de habitantes, tem sua trajetória marcada pelas migrações. O único exemplo na história de uma revolução de ex-escravos que forçou a abolição da escravidão e primeiro país independente da América Latina, tem na questão agrária muitas explicações para o processo de degradação ambiental e vulnerabilidade às catástrofes, bem como o intenso processo de precarização do trabalho e conseqüentemente, das condições de vida. Por esse motivo, o objetivo central deste trabalho é analisar a relação entre a questão agrária do Haiti e as migrações de seu povo, iniciadas, de maneira mais evidente, nas primeiras décadas do século XX e estendidas até a atualidade. Para isso, a metodologia utilizada baseou-se em revisão bibliográfica de autores haitianos e brasileiros que apresentaram contribuições sobre a formação social haitiana, a questão agrária do Haiti, as intervenções internacionais e as migrações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Haiti, Campo, Migrações.

**ABSTRACT:** Haiti, a Caribbean country that currently has about 10 million inhabitants,

has its trajectory marked by migrations. The only example in the history of a former slave revolution that forced the abolition of slavery and the first independent country in Latin America has in the agrarian question many explanations for the process of environmental degradation and vulnerability to catastrophe, as well as the intense process of precariousness of work and, consequently, of living conditions. For this reason, the main objective of this paper is to analyze the relationship between the agrarian question of Haiti and the migrations of its people, begun in a more evident way in the first decades of the twentieth century and extended to the present time. For this, the methodology used was based on a bibliographical review of Haitian and Brazilian authors who presented contributions on the Haitian social formation, the agrarian question of Haiti, the international interventions and the migrations.

**KEYWORDS:** Haiti, Rural, Migrations.

### 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo propõe analisar alguns marcos da questão agrária haitiana em diálogo com as migrações implementadas pelos nacionais do Haiti. O argumento central consiste na associação entre a precarização das condições de vida no campo e a migração como alternativa

para a reprodução social dos migrantes e de seus familiares, considerando o projeto migratório enquanto estratégia familiar que envolve tanto aqueles que partiram quanto os que ficaram.

O Haiti foi um dos primeiros pontos da chegada de Colombo nas Américas em 1492 e a partir desse momento, houve o entrecruzamento das trajetórias dos europeus e dos povos originários que habitavam o *Ayiti* – terra montanhosa, na língua dos povos taínos que a habitavam na época. Inicialmente como colônia espanhola, foi sob o controle da França que o Haiti ganhou importância para os mercados coloniais. A mais produtiva das colônias francesas produzia valiosos gêneros consumidos na Europa às custas do trabalho escravo de milhares de africanos traficados pelo Atlântico.

A volumosa presença negra criou as bases para a única revolução vitoriosa de escravos e a primeira independência da América Latina ainda no início do século XIX. Contudo, as pesadas indenizações cobradas pela França em troca do reconhecimento da independência, além de compensações financeiras a muitos colonos de outras nacionalidades, mergulharam o novo país numa espiral de dívidas crescentes. Para pagá-las, sacrificou a produção interna e os recursos naturais, penalizando principalmente os camponeses.

Ao longo de mais de dois séculos, foram os camponeses os mais penalizados com o endividamento externo e com a instabilidade política e econômica que ainda permanece. As ocupações militares e a ditadura dos Duvalier foram intercaladas por conturbados processos de transição incapazes de criar um ambiente propício para o desenvolvimento e segurança internas. Em todos os períodos, perseguições diversas foram postas em prática, desde a proibição dos cultos voduns, a impossibilidade de aquisição de terras por famílias camponesas, até as dificuldades de comercialização de seus produtos.

Como parte das estratégias de vida, a migração surge como uma saída, senão da família inteira, pelo menos de um de seus membros. Desde os primeiros grandes fluxos no início do século XX para Cuba e República Dominicana, até os atuais para o Brasil, a migração tem marcado profundamente a história do Haiti e dos haitianos. Um país com uma população de cerca de 10 milhões de habitantes e que possui aproximadamente mais 3 milhões vivendo no exterior dá a dimensão de como as travessias envolvem sua história. É sobre isso que este artigo pretende abordar. Para isso, utilizamos de contribuições de autores haitianos e brasileiros que abordaram temas da questão agrária e das migrações durante a formação social haitiana.

## 2 | A EXPLORAÇÃO COLONIAL E A SUBORDINAÇÃO CAMPONESA

O território que hoje constitui as repúblicas do Haiti e da República Dominicana foi denominado de Ilha Hispaniola a partir da chegada de Cristóvão Colombo em 1492. Os europeus praticamente exterminaram os povos taínos que viviam na ilha. Os franceses começaram a ocupar a porção ocidental da ilha em meados do século XVII

e em 1697 assumiram o controle legal através do Tratado de Ryswick. A região que era conhecida como Saint-Domingue, rapidamente assumiu a produção açucareira no Caribe, baseando-se no trabalho escravo. “Na segunda metade do século XVIII, o melhor açúcar do mundo brotava do solo esponjoso das planuras costeiras do Haiti, colônia francesa que então se chamava Saint Domingue. Ao norte e no oeste, o Haiti se transformou num desaguadouro de escravos” (GALEANO, 2014. p. 100).

Apesar do cultivo de outros gêneros tropicais, foi com o açúcar que a colônia de São Domingos brilhou para a França. As plantações expandiram-se para amplas áreas de planícies e todo o pesado trabalho, desde o preparo da terra até a produção do açúcar, era executado por negros escravizados. Os que sobreviviam à travessia do Atlântico eram submetidos às mais diversas crueldades, assim como nas demais colônias americanas. A fome, a violência e o mais que degradante trabalho nos canaviais provocava um índice de mortalidade altíssimo entre a população negra. Por esse motivo, a simples reprodução não era capaz de garantir os braços necessários para a continuidade do trabalho forçado e sua substituição era assegurada pelo intenso ritmo do tráfico negreiro.

Por mais difícil que fossem, as fugas aconteciam. Antes mesmo da introdução do cultivo de açúcar, cerca de mil negros já haviam fugido para as montanhas. Em 1751, havia pelo menos três mil deles (JAMES, 2000). Nas montanhas, formavam bandos armados, normalmente separados, mas periodicamente se uniam sob a liderança de alguém. Realizavam incursões em fazendas, fortificavam seus refúgios e, como geralmente eram seguidos por mulheres, conseguiam se reproduzir. Esse processo de fuga e de tentativa de construção de comunidades autônomas no seio do regime escravista colonial de São Domingos, ficou conhecido como *marronnage*. É deles que parte a luta pela alforria em 1793 e a independência em 1804.

Nas planícies do norte, os escravos trabalhavam em grupos de centenas nos enormes engenhos de açúcar. Isso facilitou a organização de um poderoso levante. Nos primeiros meses de 1791, dentro e nos arredores da cidade de Le Cap, estavam se organizando para uma revolta. Nesse momento, foi importante o papel do Vodou enquanto meio de conspiração. Apesar das proibições, os negros se reuniam para praticar seus ritos e também conversar sobre possibilidades de levantes contra os senhores. Em agosto de 1791, depois de algumas tentativas mal sucedidas, Boukman, um sacerdote Vodou, reuniu líderes negros e deu as últimas instruções. Na mesma noite começaram a agir queimando as fazendas nas quais eram cativos.

Os escravos destruíram sem cansar. Buscavam a salvação pela destruição daquilo que causara o seu sofrimento; e se destruíram muito era porque muito haviam sofrido. Eles sabiam que enquanto essas fazendas permanecessem de pé o seu destino seria trabalhar nelas até o esgotamento. A única coisa a fazer era destruí-las. De seus senhores, eles haviam recebido a violação, a tortura e, à menor provocação, a morte. Pagaram na mesma moeda (JAMES, 2000, p. 93-94).

Durante doze anos a colônia de São Domingos foi devastada por conflitos internos envolvendo brancos, mulatos e negros e contra a ofensiva estrangeira. As

revoltas de São Domingos se inseriram nos debates da França pós revolução e, na esteira da Declaração dos Direitos do Homem, fizeram com que a escravidão fosse legalmente abolida em 1793. Tropas espanholas, inglesas e por último, francesas, foram combatidas pelos negros, liderados principalmente por Toussaint L'Ouverture, um ex-escravo que, na época, já contava com 45 anos, uma idade superior à da maioria dos escravos.

O primeiro país independente da América Latina e o primeiro a abolir a escravidão, teve sua economia praticamente paralisada no final do século XVIII e início do século XIX. Sofreu bloqueio econômico da França e dos Estados Unidos e teve sua independência reconhecida pela metrópole apenas em 1825, às custas de uma pesada indenização em dinheiro.

Ao aceitar pagar a dívida, a facção mestiça conseguiu impor sua hegemonia sobre a facção negra. Isso oferecia a possibilidade de se concentrar nos problemas internos, principalmente pela posse da terra. Após assassinar Dessalines, o primeiro presidente, os dirigentes mulatos promulgaram uma lei, em 1807, pela qual tomaram posse das terras que ele havia nacionalizado. Para pagar a dívida de 150 milhões de francos, depois reduzida para 90 milhões, o Haiti buscou empréstimos junto aos bancos franceses e assim entrou na esfera de uma dupla dívida (SEGUY, 2014).

Depois da independência, em 1804, o Estado nacionalizou as terras e se converteu no maior latifundiário do país. 90% das plantações dos colonos franceses foram confiscadas e passaram a ser, na maioria, propriedade estatal. Em momentos de crise o Estado concedeu pequenas parcelas ao campesinato, mas a grande maioria das concessões e vendas destinaram-se às companhias estrangeiras a partir de 1918, quando, no contexto da ocupação norte-americana, a Constituição foi alterada permitindo a venda para estrangeiros. “Com o amparo da legislação agrária e com o apoio do aparelho burocrático, os latifundiários arrebataram as melhores terras irrigadas (nas planícies) e acabaram encurralando os pequenos camponeses nas terras montanhosas mais inóspitas e difíceis de cultivar” (CASTOR, 1986, p. 10).

Empurrados para terras de baixa fertilidade, parte do campesinato sequer tem o título de propriedade, dada a dificuldade de aquisição por meio da compra. Outra parte, mesmo sendo proprietários, por motivo de despejo e fragmentação por herança, vive em minifúndios onde a produção de subsistência é praticamente impossível. Nesse cenário, proliferam complexas relações de produção no campo, predominando o arrendamento, a meia e a parceria, sustentadas através da transferência de renda agrícola do campesinato sem terras para os proprietários de terras (CASTOR, 1986). Além disso, na esfera da circulação há ainda mais extorsões pois são obrigados a recorrer aos atravessadores quando conseguem produzir algum excedente comercializável.

No campo político, Castor (1986) afirma que a legislação e a prática tendem a garantir a não participação do campesinato como cidadão. O Estado exerce grande controle na vida no campo. O chefe de seção é o representante do Estado no campo

e a ele são atribuídas as funções de investigar delitos e contravenções, prender infratores, controlar a qualidade dos produtos, ter livre acesso aos campos, dentre outras. No governo de François Duvalier, com a introdução dos *Tontons Macoutes*<sup>1</sup> no campo, os abusos e a arbitrariedades eram ilimitadas. Também a Igreja Católica, as igrejas protestantes e a hierarquia Vodou foram utilizadas pelo Estado como instrumentos de controle, uma vez que têm maior proximidade e influência sobre a população camponesa. Por último, os organismos internacionais também passaram a exercer dominação política. “Sob o rótulo de assistência técnica no campo, convertem-se em agentes de um enquadramento político das massas camponesas, fortalecendo o sistema de poder” (CASTOR, 1986, p. 15).

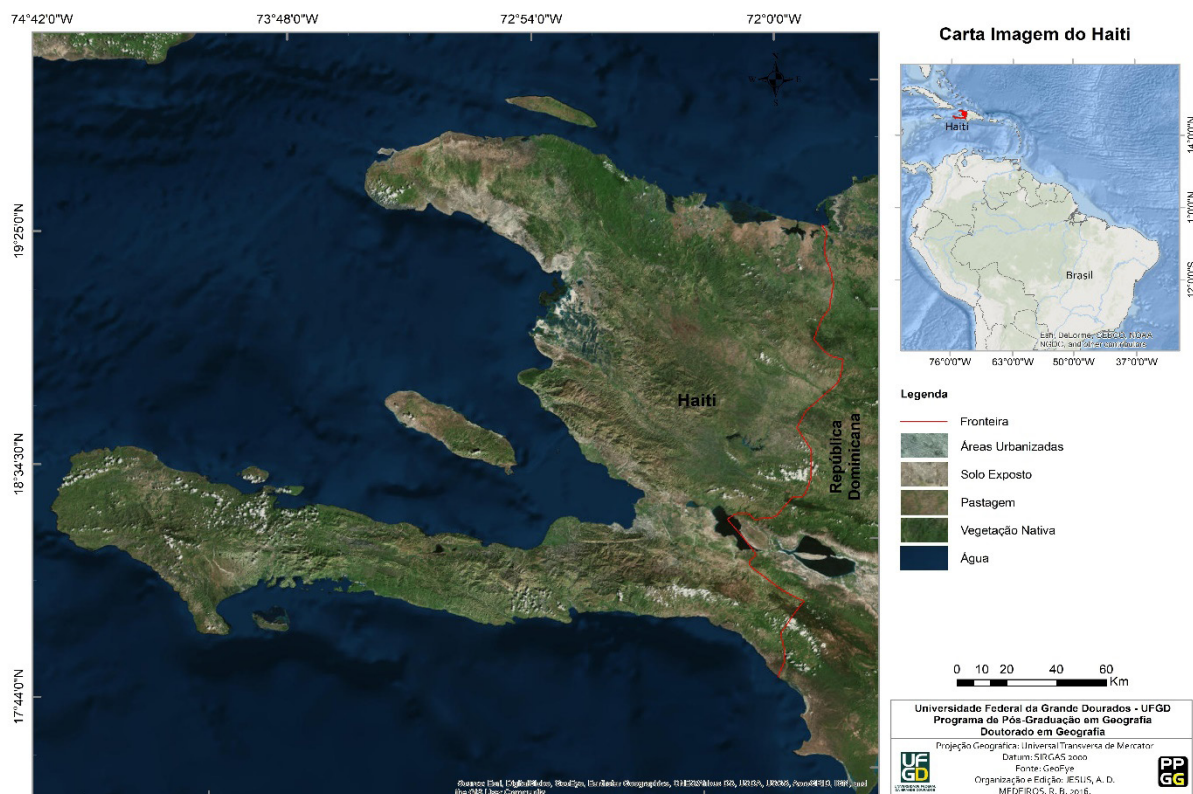
Juntamente às outras formas de dominação, a opressão cultural vem marcar a diferenciação e hierarquização entre o mundo urbano e o rural. Apesar do extermínio e expulsão dos colonialistas franceses, as classes dominantes haitianas – os mulatos, os negros ricos e posteriormente, um pequeno grupo da burguesia francesa – recorreram aos mesmos padrões de dominação do antigo regime. Alinhando-se com a cultura e a estética francesa e ocidental, manifestam desprezo pelos elementos marcantes da cultura nacional, a exemplo do *créole* e do Vodou. Durante muito tempo, o papel da educação formal enquanto instrumento de dominação e exploração foi visível no Haiti. O reconhecimento do francês enquanto língua oficial em um país onde mais de 90% da população não falava esse idioma dá dimensão do abismo existente entre o mundo do Estado e das elites e o mundo da maioria da população, sobretudo a residente no campo. Apenas em 1962 o *créole* foi reconhecido como língua oficial do Haiti.

Os sucessivos governos implementaram regras que saquearam a maior parte da produção açucareira e obrigou os camponeses a plantarem culturas erosivas nas áreas montanhosas, pois as planícies já estavam destinadas às monoculturas. Além disso, o governo realizou uma série de concessões a estrangeiros para explorar as madeiras do Haiti. O país foi intensamente desmatado em troca do pagamento da dívida. 35% da renda obtida com a venda de madeiras era destinada ao governo. O que sobrou de vegetação original foi praticamente suprimida durante o século XX. De acordo com Dalberto (2015), na década de 1980, restava apenas 2% das matas do Haiti e o restante havia se transformado em pastagem, plantações de cana-de-açúcar ou áreas impróprias para o cultivo, fato que pode ser identificado na grande quantidade de solo exposto representada no mapa 1.

---

1. Milícia armada responsável por perseguir opositores do regime ditatorial de François Duvalier.





Mapa 1 – Uso da terra no Haiti

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Analisando a situação do campo na década de 1970, Castor (1986) mostra que 91% das propriedades agrícolas tinham até três hectares, ocupavam 62% das terras cultiváveis e absorviam 88% da população do campo. Dessas terras, a grande maioria (71%) não chegavam a ter um hectare. Do outro lado, 9% das propriedades ocupavam 38% do restante das terras disponíveis para a agricultura.

Nos anos 1980, a mesma autora aponta que a estrutura fundiária pouco se alterou e o que mudou significou uma maior fragmentação das já diminutas propriedades. Algumas delas impossibilitando qualquer tipo de agricultura. Além da insuficiência das terras e do alto grau de exploração, havia uma imensa precariedade nas condições básicas de vida. Apenas 3% da população do campo tinha acesso à água potável, 0,5% ao sistema de esgoto e cerca de 75% encontrava-se em situação de desemprego camuflado.

Ao mesmo tempo as áreas rurais se caracterizam pela inexistência dos serviços médicos e sanitários mais elementares. Com muita razão se diz que quase a totalidade dos camponeses nasce, vive e morre sem nunca ter tido a ocasião de ter contato com um médico. A desnutrição endêmica mantém o camponês em níveis de subsistência sub humana (CASTOR, 1986, p. 18).

De acordo com Castor (1986), em 1950, 90,2% da população vivia no campo. Em 1980 esse percentual caiu para 72% e em 2012 representava 45,36% da população total do país, segundo o Banco Mundial<sup>2</sup>. O decréscimo da população rural a partir de meados do século XX esteve diretamente associado às dificuldades de permanência

2. Dados obtidos no site [www.deepask.com](http://www.deepask.com)

no campo de uma população pauperizada, sem qualquer tipo de infraestrutura para produzir, além das expropriações para dar lugar às companhias agrícolas estrangeiras, produtoras de gêneros de exportação. Da ocupação norte-americana de 1915 até os planos de reconstrução pós terremoto de 2010, a agricultura camponesa parece não ter lugar e isso ajuda a explicar a dependência da importação de alimentos.

O intenso êxodo rural teve como uma de suas consequências, o rápido crescimento da capital Porto Príncipe, que em 1980 concentrava 20% da população do país e apresentava, à época, um crescimento de mais de 10% ao ano. Em 2010, ano do terremoto que matou mais de 220 mil, mais de 30% dos haitianos residiam na cidade ou nos arredores, a maioria nas *bindovilles*, áreas com elevado adensamento populacional e precárias habitações, o que torna seus moradores mais vulneráveis às catástrofes. Nesse cenário de grande instabilidade política e econômica, da insegurança quanto aos planos de melhoria das condições de vida, a migração, desde o início do século XX, vem se configurando enquanto uma das alternativas, às vezes a única, para os haitianos, principalmente os mais jovens.

### 3 | AS INTERVENTORES INTERNACIONAIS, A QUESTÃO AGRÁRIA E AS MIGRAÇÕES

Entre 1915 e 1934, os Estados Unidos ocuparam o país submetendo-o aos seus interesses. A presença estadunidense substituiu a agricultura de subsistência pela agricultura comercial de larga escala, voltada para a exportação, sobretudo borracha, banana e cana-de-açúcar por meio de desapropriações em massa dos camponeses locais. O Banco Nacional do Haiti passou a ser controlado pelo City Bank de Nova York. Muitos camponeses, expropriados, deslocaram-se para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar na República Dominicana e Cuba. Baptiste e Vieira (2016) afirmam que, antes da ocupação das tropas americanas, a migração haitiana era um fenômeno sazonal que começou a ocorrer ainda na década de 1900 em direção à Cuba e na década de 1920 em direção à República Dominicana. Denominados de *braceros*, entre 30 a 40 mil haitianos migravam temporariamente todos os anos para Cuba entre 1913 e 1931. Em 1944, eram estimados em mais de 80 mil (WOODING e MOSELEY-WILLIAMS, 2009 *apud* HANDERSON, 2015).

Com a ocupação, a emigração passou a fazer parte dos planos de cada vez mais haitianos e esses países se transformaram em destinos mais consolidados. Em Cuba, nos anos de 1921 e 1937, os haitianos foram expulsos devido à diminuição nas lavouras e conseqüentemente da necessidade de mão de obra, mas esse fluxo aconteceu até, pelo menos, 1961. Na República Dominicana, desde o início até os dias atuais há estranhamentos com relação aos haitianos e reações racistas e xenófobas são frequentes. “Em 1937, a xenofobia dominicana teve sua expressão mais violenta, quando o ditador Rafael Leonidas Trujillo (1930-1961) ordenou aos militares matar

milhares de cidadãos haitianos, mas até hoje não se sabe, de fato, quantos foram assassinados, estimando-se entre 6.000 a 30.000” (HANDERSON, 2015, p. 69).

Após a saída dos Estados Unidos, uma série de golpes e contragolpes aumentaram ainda mais a instabilidade política e econômica do país que teve seu período mais sangrento com a ditadura de François Duvalier (1957-1971) e seu filho Jean-Claude Duvalier (1971-1986), conhecidos como *Papa Doc* e *Baby Doc*, respectivamente. Nesse período, que se configurou como o segundo grande fluxo emigratório do Haiti, aqueles que dispunham de algum meio para financiar a migração, partiam, intensificando a migração para Cuba e iniciando um intenso deslocamento para os Estados Unidos. Diferentemente do primeiro grande fluxo, composto principalmente de camponeses empobrecidos, este teve características distintas quando intelectuais, políticos e estudantes fugiram da ditadura.

De acordo com Baptiste e Vieira (2016), na década de 1960, o principal destino dos haitianos foram as Bahamas onde a maioria trabalhava no setor hoteleiro. Com o aumento da pobreza nas décadas seguintes, intensifica-se a migração para os Estados Unidos quando milhares de haitianos arriscavam-se em frágeis embarcações em direção à costa da Flórida. Também Martinica, Guadalupe e Guiana Francesa irão receber muitos haitianos nesse período.

No contexto do golpe de Estado de 1990 e da deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, um terceiro fluxo de mobilidade haitiana se inicia, quando mais de 100 mil haitianos deixaram o país em direção aos Estados Unidos, República Dominicana e Cuba, principalmente. A estratégia utilizada pelos migrantes nesse período consistia em navegar pelo mar do Caribe e solicitar refúgio nos destinos. Muitos tiveram seus pedidos negados, pois, para os governos, não ficava comprovada a situação de perseguição nos termos da Convenção de Genebra que regulamenta a situação de refúgio. Segundo Handerson (2015), aproximadamente 46.000 *boat people* foram interceptados em alto mar e conduzidos aos campos de detenção de Guantánamo em Cuba, alguns permanecendo neste local por mais de um ano. Dos que conseguiram chegar aos Estados Unidos e serem interrogados pelo Serviço de Migração, 72% foram deportados para o país de origem.

O quarto grande fluxo da migração haitiana iniciou-se a partir de 2010, logo após o país sofrer um violento terremoto que matou mais de 200 mil pessoas. De acordo com Handerson (2015), após a catástrofe, algumas pessoas se deslocaram para o meio rural do país e outras, aproximadamente 350.000 que dispuseram de recursos variados, decidiram partir para o exterior. Atualmente, Brasil, Chile, Costa Rica e México são alguns dos destinos desses migrantes.

Diante dos diversos tipos de insegurança: pública, política, socioeconômica, alimentícia, educacional, incluindo a área da saúde e do saneamento básico, todas elas em decorrência do quadro empobrecido e precário do Haiti, agravado pela tragédia provocada pelo terremoto de janeiro do referido ano, a mobilidade haitiana ganhou especial significância, volume e crescimento de novos sujeitos e circuitos no espaço migratório internacional (HANDERSON, 2015, p. 73).

A permanência da instabilidade política e econômica, a grande dependência externa e a vulnerabilidade ambiental foram agravadas com o terremoto e essas causas, agindo de modo combinado, impulsionaram os haitianos a um novo ciclo de atravessamentos, principalmente em direção ao Brasil. Como os Estados Unidos, tradicional destino dessa migração, haviam implementado maiores restrições às migrações, o Brasil desponta como uma nova possibilidade. Contribui para isso, a projeção internacional que o Brasil alcança no século XXI, a presença das tropas brasileiras liderando a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), a relativa facilidade de entrada pelas fronteiras da região Norte e a possibilidade de obtenção de um visto permanente.

Esse atual fluxo da migração haitiana tem se revelado bastante dinâmico no que diz respeito aos destinos, à duração e ao perfil dos migrantes. Embora a maioria tenha se dirigido ao Brasil, mais de 73 mil até dezembro de 2016, segundo o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IDMH), também Argentina, Chile e México receberam esses migrantes. Os destinos também não têm se configurado enquanto definitivos, o que caracteriza sucessivos atravessamentos em busca de melhores oportunidades. Muitos dos que vieram para o Brasil já se deslocaram para o Chile ou México, onde sonham acessar os Estados Unidos. Também o perfil migratório tem se alterado. Embora a prevalência seja ainda de homens adultos, tem crescido a importância da participação das mulheres e algumas crianças. Em muitos casos, isso se deve aos processos de reunião familiar.

Como desdobramento das consequências do terremoto de 2010, a presença da Comunidade Internacional, seja através de programas governamentais ou pela atuação das Organizações Não-Governamentais cresceu no país. As promessas de reconstrução e desenvolvimento do Haiti, até o momento, não apresentaram resultados refletidos na melhoria das condições de vida da maior parte da população. Seguy (2014), argumenta que está vigorando no Haiti uma realidade colonial para que apenas as estruturas de manutenção da ordem excludente sejam reconstruídas.

A presença de muitos agentes estrangeiros de ONGs e governos provocou, em algumas localidades, elevação no preço dos imóveis e alimentos. Um paradoxo em um país com mais de 1 milhão de desabrigados. A principal estratégia do Plano de Reconstrução do Haiti, implementado pela Comunidade Internacional, tendo o governo haitiano como coadjuvante, consiste na criação de Zonas Francas para a instalação de empresas estrangeiras.

Dois meses depois do terremoto, em março de 2010, as autoridades haitianas elaboraram o Plano de Ação para a Reedificação e o Desenvolvimento Nacional do Haiti (PARDN). Este documento, longe de propor alternativas para incentivo à produção local, destinou-se à comunidade internacional, a fim de convencer empresas multinacionais a investir no país, valendo-se das vantagens da proximidade do mercado estadunidense e o baixo custo da mão de obra. Para isso, o Plano apoia-se na parceria do setor público nacional com os setores privados nacional e internacional.



Na esteira desse processo, as propostas de reconstrução do Haiti não contemplam os camponeses. Pelo contrário, ao postular a obsolescência do mercado local, ao se apropriar de terras para a instalação de Zonas Francas e ao tentar proletarizar camponeses para trabalharem, principalmente em indústrias do setor têxtil, o Estado haitiano, seguindo as orientações da Comunidade Internacional, tem feito uma opção deliberada de desenvolvimento anticamponês. Nos últimos quarenta anos, as políticas agrícolas e comerciais acordadas pelos governos e instituições financeiras são coerentes com o objetivo de acabar com a produção camponesa e com o campesinato (THOMAS, 2015, p. 135).

De acordo com Thomas (2015), as estratégias de desenvolvimento do Haiti convergem para a noção de que os camponeses são a escória. Na Île-a-Vache, no Sudoeste do país, moradores tentam resistir à construção de um complexo turístico e no Norte, movimentos sociais tentam resistir a ocupação das terras para a exploração mineral. Nas Zonas Francas já instaladas, a geração de empregos segue abaixo dos números prometidos. Em Caracol, por exemplo, dos 65.000 empregos anunciados, apenas 4.000 foram efetivados.

As iniciativas de transformar o Haiti em espaço de produção de mercadorias destinadas à exportação, fortalecendo o setor de serviços e enfraquecendo a indústria e a agricultura local vêm de longa data. Em 1982, o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, apresentou à Organização dos Estados Americanos (OEA) a proposta de transformar a região do Caribe numa área de mão de obra barata através de um programa chamado *Caribbean Bassin Initiative* (CBI). É nesse contexto que ocorre a matança sistemática de todo o rebanho suíno do país<sup>3</sup> a fim de acelerar a destruição da agricultura camponesa e liberar mão de obra para as plantações de cana na República Dominicana e ampliar o exército industrial de reserva no país (SEGUY, 2014b, p. 96). Essa medida gerou um grande desequilíbrio nas economias familiares e empobreceu ainda mais os camponeses que receberam 7,5 milhões de dólares em indenizações, quando o valor real alcançaria os 60 milhões.

Com esse mesmo intuito, o Congresso dos Estados Unidos criou em 2006 a Lei de Oportunidade Hemisférica para o Haiti (HOPE I) e em 2008, a HOPE II, cujos objetivos centravam-se em eliminar as despesas de importação nos Estados Unidos, de roupas confeccionadas no Haiti. Em 2010, como mencionamos, a estratégia central do PARDN consistiu em criar Zonas Francas e em 2012, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Haiti, publicado pelo presidente Martelly, escolhia o setor privado internacional como o principal agente de geração de empregos e riqueza. A flexibilização da legislação, permitindo uma maior aproximação com o mercado internacional, principalmente o norte-americano, ampliou as possibilidades de uma recolonização do Haiti, agora na esfera financeira.

O aumento da dependência externa ampliou-se no contexto das reformas

---

3. A justificativa para tal ato foi a descoberta da peste suína africana em animais da República Dominicana o que poderia contaminar os rebanhos do país.



neoliberais que colocaram a economia haitiana na sombra dos Estados Unidos. Com a produção interna altamente enfraquecida, as importações ampliaram a dívida externa do país. De 28,4 milhões em 1971, a dívida saltou para 269,5 milhões em 1980. Um aumento de quase 1.000% em menos de dez anos (GOMES, 2012). Para tentar pagar a dívida, recorreu aos empréstimos de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial mas teve que flexibilizar as políticas alfandegárias e facilitar a entrada de produtos estrangeiros no país. Sem poder concorrer com produtos altamente subsidiados e com preços mais baixos, o Haiti viu sua produção praticamente estagnar. Um dos casos mais emblemáticos é o da produção de arroz, que em 1985, das 170 mil toneladas consumidas no país, apenas 7 mil eram importadas. Dez anos depois, com a entrada do arroz de Miami, podemos prever as consequências para a agricultura local a partir da citação abaixo:

Já em 1995, no auge do Neoliberalismo, das 281 mil toneladas consumidas, apenas 89 mil foram produzidas no país, enquanto 192 mil vieram de fora. Até que, em 2010, com a importação de 329 mil toneladas, o equivalente a 90% de todo o consumo nacional, o Haiti se transformou no quarto maior importador de arroz dos EUA (GOMES, 2012, p. 117).

Como mais um exemplo da estratégia de subordinação da economia haitiana e da destruição da produção camponesa, em forma de ajuda humanitária pós-terremoto, em maio de 2010, a Monsanto doou 475 toneladas de milho transgênico, o que, segundo os responsáveis pelo projeto de reconstrução da infraestrutura agrícola no país, ajudariam a alimentar e fornecer oportunidades econômicas para os agricultores. Entretanto, para que tais sementes alcancem a produtividade desejada, devem ser tratadas com herbicidas e fertilizantes que a própria Monsanto produz. Também, por tratar-se de sementes híbridas, apenas a primeira geração é adequada para o plantio, o que elimina a possibilidade de reaproveitamento por parte das famílias camponesas. Isso converte os donatários em potenciais clientes (GOMES, 2010).

A ese ritmo, con el aumento del consumo de semillas y, consecuentemente, de herbicidas, fertilizantes y productos químicos de la Monsanto, la previsión del cura Jean-Yves Urfié podrá volverse realidad: “Pronto, habrá sólo semillas de la Monsanto en Haití. Entonces, será el fin de la independencia de los agricultores” (GOMES, 2010, p. 1).

A expropriação camponesa, como ocorrida em outros períodos, voltou a acontecer com a implementação dessas estratégias. De acordo com Seguy (2014), o governo expropriou 366 famílias no município de Caracol, norte do país, para implantar o Parque Industrial de Caracol. Da mesma maneira, outras áreas estão sendo cobiçadas para facilitar a atuação do capital transnacional. Diante da precariedade, “a emigração se impõe como uma das saídas, senão a mais desejável ou cobiçada” (SEGUY, 2014, p. 80). A grande maioria que não consegue acessar os destinos prioritários como Estados Unidos, Canadá e França por causa das restrições legais e os altos custos da mobilidade, deslocam-se para principalmente para a República Dominicana e de lá, planejam alcançar outros destinos. É assim que, atualmente, encontram-se espalhados

haitianos em diversos países da América Latina.

## 4 | CONCLUSÃO

Buscou-se trazer contribuições ao entendimento da questão agrária haitiana partindo do período das explorações coloniais quando as trajetórias dos povos originários entrecruzaram-se com a modernidade europeia. De colônia espanhola e depois francesa, até a conquista da histórica independência em 1804, o Haiti esteve no centro da produção colonial e por isso a França tentou de todas as formas mantê-la sob seu controle. A revolta dos escravos liderados por Toussaint L'Ouverture assustou as potências da época que trataram de não deixar o país crescer em paz.

As pesadas indenizações do século XIX e o crescimento da dívida externa do século XX provocaram uma profunda dependência internacional. Além disso, as explorações comerciais deixaram o país extremamente vulnerável às catástrofes ambientais. Como acréscimo dessa conjunção de fatores, a instabilidade política reflete-se diretamente na economia que encontra-se cada vez mais dependente. Por esse motivo, o setor produtivo local, principalmente a agricultura, encontra dificuldades para competir com os produtos externos, ainda mais que a produção camponesa foi deixada de lado e os que produzem, o fazem com bastante empecilhos.

Em meio a esse cenário, a migração surge como possibilidade de vida fora do Haiti. A fragmentação das propriedades, a ausência de assistência técnica e as dificuldades impostas à circulação dos produtos tornaram a agricultura camponesa praticamente inviável. Isso provocou um acelerado êxodo rural entre o final do século XX e início do século XXI e precarizou as condições de trabalho e de vida da maior parte da população. Entretanto, há resistências. Contra os projetos de exploração mineral, contra a expropriação camponesa para a criação das Zonas Francas, contra os projetos de destinação turística e contra as sementes transgênicas, os camponeses seguem em seus enfrentamentos. Afinal, nem todos querem e podem viver fora da terra no Haiti ou fora dele.

Diante do exposto, observamos que permanece no Haiti uma precariedade enquanto norma. Desde a independência, com a dívida colonial e as ginásticas para seu pagamento, passando pelas ocupações estrangeiras, até a atualidade das promessas de reconstrução do país, a questão agrária nos parece ser uma questão essencial a ser problematizada. Nela se encontram as raízes das diversas mobilidades que os haitianos têm implementado.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTE, Chandeline Jean e VIEIRA, Joice Melo. Catástrofe ambiental e migração internacional: a perspectiva dos migrantes haitianos na cidade de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana *et al* (Orgs). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

CASTOR, Susy. Estruturas de dominação e de resistência camponesa no Haiti. **Revista Brasileira de História**. vol. 6 no 12. São Paulo, 1986.

DALBERTO, Germana. **Para além da colonialidade**: os desafios e as possibilidades da transição democrática no Haiti. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: LePM, 2014.

GOMES, Thalles. **Monsanto y el Proyecto Vencedor**. Disponível em: <https://www.alainet.org/active/38266> Acesso feito em 30/08/2017.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a questão agrária haitiana. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 12, n. 24, jul./dez. 2012.

HANDERSON, Joseph. **Diaspora**. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS – IMDH. **Haitianos no Brasil**: dados estatísticos, informações e uma recomendação. Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/373-haitianos-no-brasil-dados-estatisticos-informacoes-e-uma-recomendacao>. Acesso feito em 08/01/2017.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**. Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.

SEGUY, Frank. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Tese (Doutorado em Sociologia), UNICAMP. Campinas, 2014.

\_\_\_\_\_. Para compreender a recolonização do Haiti. **Revista Outubro**, n. 22, 2014b.

THOMAS, Frédéric. Haiti: um modelo de desenvolvimento anticamponês. **Lutas Sociais**. São Paulo, vol.19 n.35, jul./dez. 2015.

[www.deepask.com](http://www.deepask.com/goes?page=haiti-Consulte-o-percentual-da-populacao-rural-por-pais-e-sua-posicao-no-ranking-mundial). **Haiti**: percentual da população rural. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=haiti-Consulte-o-percentual-da-populacao-rural-por-pais-e-sua-posicao-no-ranking-mundial> Acesso feito em 14/09/2017.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA** Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019) entre outras publicações. E-mail: [gustavo.cepolini@unimontes.br](mailto:gustavo.cepolini@unimontes.br)

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-436-8



9 788572 474368